

## “Horizontens<sup>1</sup>” da antropologia na Paraíba<sup>2</sup>

**Vanderlan Silva**

Nem sempre é fácil visualizar com clareza as consequências de um acontecimento fundador na história das instituições sociais, até porque as marcas dos passos iniciais dos pioneiros são objetos de narrativas posteriores que procuram (re)compor as trajetórias percorridas pelo grupo ao longo da existência institucional. Assim, o momento fundador ou marco inaugural é tomado como evento singular, a partir do qual se traçam linhas contínuas e descontínuas na trajetória da organização.

Nesse sentido, a “I Primeira Reunião Brasileira de Antropologia”, realizada na cidade do Rio de Janeiro, entre os dias 8 e 14 de novembro de 1953, pode ser considerada o momento fundador da institucionalização da antropologia brasileira. Conforme indica o *Boletim Bibliográfico de Antropologia Americana*<sup>3</sup>, o evento inaugural teve

---

1 Neologismo empregado pelo Psiquiatra e Sociólogo Edmundo Gaudêncio.

2 Este texto foi originalmente apresentado de forma oral por ocasião da Mesa Redonda “Jornada de 70 anos da primeira Reunião Brasileira de Antropologia (1953–2023). Reflexões a partir da Antropologia na Paraíba”, promovida pela Associação Brasileira de Antropologia e pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba, realizada em João Pessoa–PB, em 14 de dezembro de 2023. A mesa contou com a presença de Marco Aurélio Paz Tela (Coordenador do PPGA–UFPB), Andreia Zhouri (professora da UFMG e presidente da ABA), Edilma Souza (Ministério da Igualdade Racial), Maristela Andrade (professora do PPGA–UFPB) e Bela Feldman–Bianco (professora da Universidade Estadual de Campinas e ex-presidente da ABA).

3 Disponível em <https://www.jstor.org/stable/40959106>. Acesso: em 15 de mar. 2024.

[...] como objetivo precípua de reunir os especialistas brasileiros, professores e pesquisadores para um amplo e livre debate de todos os aspectos, positivos e negativos, passados e presentes, das atividades de ensino e pesquisa nos campos das ciências antropológicas, bem como para tentativa de elaboração de projetos de atividades futuras.

Conforme é possível constatar no *Boletim*, vinte e duas pessoas são nominalmente citadas como participantes; dessas, três eram mulheres e dezenove homens. A baixa presença de mulheres professoras e pesquisadoras provavelmente era expressão da tímida presença do gênero feminino nas universidades brasileiras de então. Igualmente revelador da concentração de poder, era a filiação institucional às universidades, às fundações, aos institutos ou aos órgãos governamentais situados no Rio de Janeiro e em São Paulo. Dentre as vinte e duas pessoas mencionadas, nada menos do que dezenove trabalhavam nesses dois estados, enquanto três se encontravam vinculadas às universidades do Paraná, da Bahia e de Pernambuco.

Após a criação dos primeiros programas de pós-graduação *stricto sensu* no país, a partir do final da década de 60, a concentração geográfica da Antropologia se manteve inalterada. Como demonstrou Rubim (1997, p. 97), até 1994 nada menos do que 76% das produções antropológicas no Brasil, especialmente dissertações e teses, foram realizadas nos quatro mais antigos programas de pós-graduação do país, dos quais três estão situados no Sudeste, quais sejam: Museu Nacional, no Rio de Janeiro, e USP e Unicamp, em São Paulo, que se somam ao programa da UnB, na capital federal.

A realização da 1ª RBA foi um marco importante na institucionalização da Antropologia no país, que combinado com outros eventos contribuiu para seu desenvolvimento e para a expansão da disciplina no país.

No caso da Paraíba, que aqui nos interessa particularmente, quase uma década depois do primeiro evento “nacional”, foi que as primeiras marcas da institucionalização das Ciências Sociais começaram a se fazer

presentes, com a criação do Curso de Graduação em Sociologia e Política<sup>4</sup>, no Campus II da Universidade Federal da Paraíba, situado na cidade de Campina Grande. Efetivamente, o curso começou a funcionar em 1964; teve como pioneira a professora Ruth Trindade de Almeida no ensino das disciplinas de Antropologia.

A professora pioneira é carioca e se formou em História e Geografia em 1954 pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em 1955, ela se casou com o matemático paraibano Átila Almeida; migrou para a região Nordeste quatro anos depois, quando seu marido foi convidado para lecionar na Escola Politécnica, vinculada à Universidade Federal da Paraíba, em Campina Grande. Na nova cidade, Ruth Almeida lecionou Geografia durante quatro anos num dos mais tradicionais colégios da cidade, a Escola Dr. Elpídio de Almeida (Estadual da Prata), de onde saiu em 1964 para ser a primeira professora de Antropologia no curso recém-criado de Sociologia e Política.

Além do pioneirismo no ensino da Antropologia, Ruth Almeida se notabilizou como uma das principais pesquisadoras brasileiras na área da arqueologia. Em 1970, Ruth Almeida fez um curso de Arqueologia em Toulouse, na França. Após seu retorno ao Brasil, ela passou a se dedicar também a esta disciplina, sobretudo realizando pesquisas, nas quais catalogou mais de 100 sítios arqueológicos no estado da Paraíba durante a década de 1970 do século XX. A obra decorrente desse estudo “A Arte Rupestre nos Cariris Velhos” é considerada por muitos pesquisadores um livro de referência<sup>5</sup>.

---

4 Em 1974, o curso foi reconhecido pelo Decreto nº 74.005, de 02 de maio de 1974, passando a se chamar Ciências Sociais, nome que é mantido até hoje.

5 A respeito dos impactos do trabalho arqueológico de Ruth Almeida, confira: <https://www.cartacapital.com.br/cultura/a-senhora-entende-que-certos-trabalhos-so-os-homens-fazem-nao/>. Acesso em: 20 de dez. 2023. Confira, igualmente: Azevedo Netto, 2020.



*Professora Ruth Almeida, pioneira do ensino de antropologia na Paraíba, em 1966 e 1993.*

Fonte: Arquivo da família Almeida. Fotografias fornecidas pela filha Oriana Almeida.

Em 1981, Ruth Almeida voltaria a estudar novamente no exterior; desta vez, nos Estados Unidos, na Universidade do Tennessee, onde cursou Especialização em Arqueologia. Neste mesmo ano, concluiu o mestrado em Antropologia Cultural pela Universidade Federal de Pernambuco, defendendo a dissertação “Almanaques Populares do Nordeste”, que foi publicada em formato de livro em 2019.

O duplo pioneirismo de Ruth Almeida no ensino de Antropologia e nas pesquisas arqueológicas gerou muitos frutos e produziu marcas indeléveis para as futuras gerações no estado da Paraíba, principalmente de antropólogos.

Uma de suas alunas, que depois se tornaria colega, teve papel relevante na propagação e consolidação do ensino e da pesquisa em Antropologia nas décadas vindouras no estado. A antropóloga, hoje reconhecida nacionalmente, Josefa Salete Barbosa Cavalcanti iniciou o Bacharelado em Ciências Sociais na UFPB, Campus II, em 1967, vindo a concluí-lo em 1971, tendo como orientadora a professora Ruth Almeida. No mesmo ano da conclusão

do Bacharelado, Salete Cavalcanti se submeteu à seleção de mestrado, numa época na qual poucos docentes se preocupavam ou tinham oportunidade de cursar mestrado ou doutorado. Aprovada no mestrado em Antropologia do Museu Nacional (UFRJ), ela conclui o curso em 1975.

Salete Cavalcanti ingressou como professora na universidade em 1973, ainda durante a realização do mestrado. No ano seguinte à conclusão deste, uma constelação de acontecimentos favoráveis propiciou a rápida expansão das Ciências Sociais no interior da Paraíba, inclusive com a criação de um Programa de Mestrado em Sociologia Rural, no qual os futuros antropólogos iriam se abrigar para desenvolver suas pesquisas e Salete Cavalcanti teve papel relevante neste processo.

Em 1976, o então Reitor Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, oriundo de Campina Grande, tal como Salete Cavalcanti, começou a colocar em prática seu projeto de interiorização do ensino superior no estado da Paraíba. Por várias razões, ele enfrentou muita resistência, mas conseguiu levar adiante o projeto. Salete Cavalcanti foi convidada por Lynaldo para chefiar o Departamento de Ciências Sociais e Humanidades e conduzir o processo de criação de uma pós-graduação na área. A respeito desse período, ela afirma:

É preciso destacar um ano importante: 1976, O professor Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque havia assumido a reitoria da universidade e abriu as portas também para a área de ciências sociais, embora ele mesmo fosse da área tecnológica. Neste período, quando o professor Lynaldo assumiu a direção da universidade, o campus de Campina Grande era composto pelo CCT — o Centro de Ciências e Tecnologia — que abrigava a maioria dos departamentos: Engenharia Elétrica, Civil, Física, Matemática, Computação e outros da área técnica; havia também dois outros departamentos da área de humanas: um, de Economia e Finanças e o de Ciências Sociais e Humanidades, formado, então, por 28 professores, das áreas de História, Sociologia e Antropologia. Nesta última área, havia dois professores: Ruth Trindade de Almeida e eu, que havia chegado recentemente do

curso de mestrado no Museu nacional (era a 28<sup>a</sup> docente a entrar na lista do Departamento). Fui convidada no Reitorado do Professor Lynaldo a assumir a tarefa de chefiar o departamento, para mais tarde dar início a um curso de pós-graduação. (Cavalcanti, 2003, p. 126).

Naquele momento, conforme observa Salete Cavalcanti em seu depoimento durante a Mesa Redonda<sup>6</sup> em comemoração aos vinte e cinco anos do Programa de Pós-graduação em Sociologia em Campina Grande, Ruth Almeida e ela eram as duas únicas professoras de Antropologia. Entretanto, a jovem professora não desejava atuar na administração, mas sim se dedicar ao ensino e à pesquisa. Essa foi a resposta que Salete deu ao Reitor, que, por sua vez, a convenceu de que se fazia necessário “criar condições para produzir ciência” (Cavalcanti, 2003) e essa tarefa lhe cabia. Salete, então, assumiu a chefia do Departamento de Ciências Sociais e Humanidades, na época com 28 professores; mas, ao término de seu mandato, dois anos depois, o departamento já contava com 52 professores.

O crescimento exponencial do número de professores foi facilitado graças ao programa de contratação de professores colaboradores, que atraiu muitos profissionais ao interior da Paraíba.

## Novos raios da Antropologia na Paraíba

Para viabilizar a incidência de raios antropológicos na cidade interiorana do nordeste do Brasil, antes se fazia necessário quebrar resistências. A primeira delas foi enfrentada com o que Salete Cavalcanti chama de “flexibilidade ideológica”, pois vários dos possíveis convidados tinham sido fichados

---

6 Mesa Redonda. Impressões, Memórias e registros dos 25 anos da Pós-graduação em Sociologia em Campina Grande. Raízes, Campina Grande, v. 22, n. 1, p. 125-143, jan./jun. 2003.

no DOPS e em outros órgãos da repressão estatal. Além disso, Lynaldo<sup>7</sup> Cavalcanti não apenas era um apoiador do regime autoritário como também tinha exercido vários cargos na administração federal, o que fazia dele um homem com bom trânsito em Brasília. Ao mesmo tempo, o Reitor não representou qualquer obstáculo à contratação dos docentes. Ao contrário, como observa a antropóloga campinense, referindo-se à fala de Lynaldo: “[...] tudo bem professora, a contratação desse aqui emperrou, por estar fichado no DOPS, mas a gente resolve. E ele resolvia mesmo!” (Cavalcanti, 2003, p. 127).

A propósito das “facilidades e agilidade” na contratação de professores, a fala da professora Ghislaine Duqué é reveladora.

Imaginem que apenas 5 dias após a defesa de minha tese de doutorado, fui contratada para trabalhar aqui. Quando cheguei ao Rio de Janeiro, já com o título de doutora, Ivan da Costa Sales, um amigo que foi professor aqui me pediu para que lhe desse meu currículo que ele entregaria à Regina, então chefe do Departamento de Ciências Sociais (Duqué, 2003, p. 137).

Havia ainda uma segunda dificuldade: como atrair profissionais de outros estados e regiões para trabalhar numa universidade no interior do país? Foi aí que Salete Cavalcanti deu um passo importante. Ela recorreu aos contatos estabelecidos durante a realização de seu mestrado no Rio de Janeiro e fez vários convites. Muitas pessoas foram contatadas, a exemplo de Maria Isaura Pereira de Queiroz, Florestan Fernandes, Roberto da Matta, Moacir Palmeira, Afrânio Garcia. Embora nenhum deles tenha vindo, indicaram outros contatos. Roque de Barros Laraia foi igualmente contatado e indicou Antônio Greco Rodrigues e Gilda de Castro Rodrigues,

---

7 A importância política de Lynaldo Cavalcanti pode ser parcialmente mensurada pelos cargos que ocupou na esfera federal. Ele foi Representante do Ministério da Educação e Cultura no Conselho Deliberativo da SUDENE (1974-1978), Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras – CRUB (1979-1980) e Presidente do CNPq (1980-1985).

que trabalharam na UFPB até suas aposentadorias. Igualmente aceitaram os convites: Regina Novaes, Margot Schulze, Nancy Diane Loy, Gisélia Potengy, Gian Mário Guilinae, Paola Cappeline, Dulce Cantalice, Neide Mièle, Ghislaine Duqué e Charles Belier e Hugo Henrique Ratier. Outro que trabalhou na UFPB anos depois dessa leva inicial foi Gustavo Lins Ribeiro. Em correspondência com o autor deste artigo, ele afirmou: “Eu dei aula no Departamento de Sociologia e Antropologia da UFPB, como se chamava, durante 3 semestres de 1981 a 1982”<sup>8</sup>.

Sobre como ficou sabendo da possibilidade de trabalhar na Paraíba, Gustavo Ribeiro destacou<sup>9</sup>:

Fiquei sabendo dessa vaga por meio da profa. Lygia Sigaud, do Museu Nacional da UFRJ, Lygia tinha sido minha orientadora de mestrado e ela que me deu a informação. Ela tinha outros conhecidos que trabalhavam em Campina Grande à época.

A chegada desses professores e dessas professoras, assim como de Michel Zaidan, Cristina Marin, César Barreira e Irlly Barreira, foi importante para a sedimentação das Ciências Sociais e particularmente da Antropologia na Paraíba.

O leitor e a leitora podem imaginar que esses foram desbravadores que encontraram uma universidade e cidade desejosas de serem emprenhadas pelos representantes da modernidade. Isso pode ser parcialmente verdade, mas a cidade não era uma terra arrasada na qual os intelectuais encontrariam cenários de ausências. Campina Grande já era, nos idos da década de 1970, uma cidade conhecida nacionalmente, especialmente pelo ciclo do algodão<sup>10</sup>, que a fez viver um grande crescimento urbano na pri-

---

8 Correspondência do dia 15 de dezembro de 2023, através do aplicativo Messenger.

9 Correspondência do dia 26 de março de 2024, através do aplicativo Messenger.

10 A cidade de Campina Grande se tornou uma das principais brasileiras exportadoras de algodão, merecendo a alcunha de Liverpool brasileira.



meira metade do século vinte, incluindo a formação de um parque industrial e uma rede de serviços substancial.

Nessa direção, o depoimento de Regina Novaes é revelador daquilo que ela e outros “forasteiros” encontraram na urbe paraibana.

[...] em que local estávamos? A história de Campina Grande é uma história de cruzamento de estradas, de ser terra de fronteira e lugar de passagem. A formação da cidade foi marcada por encontros da diversidade, pelas interseções econômicas e culturais. Campina viveu momentos de grande expansão econômica do algodão, seguidos de períodos de decadência. Viveu a esperança da industrialização nos anos do desenvolvimentismo e criação da SUDENE. Viveu outros tantos processos de modernização, crescimento de desigualdades sociais como todo o Nordeste. (Novaes, 2003, p. 131).

Carioca, assim como vários professores recém-chegados, Regina Novaes relata sua surpresa com o que encontrou na cidade.

Eu me lembro muito bem do meu próprio espanto com o número de cine clubes que funcionavam em Campina quando aqui chegamos em 1977. Assim, a própria cidade aparecia como um terreno social apropriado para o encontro providencial de pessoas de formações diversas, vindas de diferentes locais do país e do mundo. (Novaes, 2003, p. 131).

E, sem dúvida, isso se refletia na universidade, conforme a antropóloga afirma:

[...] na Universidade Federal da Paraíba, vivemos um clima cosmopolita; havia uma perspectiva de abertura para o universo, para o que realmente significa a palavra “universidade”. Este clima combinava com o clima do país. Afinal, naquele momento, no Brasil havia um movimento nacional pela abertura política, o modelo econômico sendo questionado e os movimentos sociais estavam interferindo na construção do espaço público. (Novaes, 2003, p. 131).

Essa congregação de fatores contribuiu para que as Ciências Sociais, incluindo a Antropologia, começassem a ser lecionadas em um curso de graduação na Paraíba, ou seja, no interior e não pela capital João Pessoa, como comumente ocorreu na maioria dos estados brasileiros. No Campus I (João Pessoa) da UFPB a Graduação em Sociologia somente começaria a funcionar em 1994, trinta anos depois do curso do Campus II. Já o Mestrado em Sociologia na capital paraibana teve início dois anos após o mestrado em Campina Grande. Por sua vez, o Curso de Mestrado em Antropologia na UFPB (João Pessoa) começou a funcionar em 2011.

## Mestrado em Sociologia Rural: polo aglutinador de antropólogos

Criado em 1977, o Mestrado em Sociologia Rural da UFPB, Campus II, em Campina Grande, tornou-se rapidamente lugar que atraía muitos antropólogos e sociólogos de vários lugares do Brasil e do exterior, a exemplo da professora belga Ghislaine Duqué, que, cinco dias após defender sua tese na *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, foi contratada pela UFPB, onde permaneceu até sua aposentadoria em 2006.

Vale destacar que o mestrado se tornou uma referência nacional em estudos rurais. Salette Cavalcanti (2003, p. 128) afirma:

Nosso programa foi um dos mais bem-sucedidos nacionalmente, porque a maioria das pessoas que saíram voltaram com títulos nessa nossa área, nos prazos normais previstos. O PICS da CAPES, como também o Mestrado em Sociologia da UFPB, campus de Campina Grande, contribuíram para a formação dessas pessoas que aqui se estabeleceram e, depois, para formação de tantos outros.



*Fotografia: Prédio histórico do Centro de Humanidades, palco das atividades do Mestrado em Sociologia Rural e da Antropologia na UFPB (Campus II).*

Fonte: Elaborada pelo autor.

Figuras como Salete Cavalcanti e Regina Novaes, outra atriz importante nesse processo, são espécies de “mães” intelectuais que ajudaram a formar grande número de docentes, pesquisadores e pesquisadoras no Mestrado em Sociologia Rural entre as décadas de 1970 e 1980 e que hoje se encontram espalhados por vários estados e instituições do país.

Regina Novaes (2003, p. 133) ressalta as características do lugar que encontraram e do trabalho desenvolvido:

Havia, então, um lugar, socialmente legitimado, para a intervenção de uma Universidade pública. Nosso único mérito foi ocupá-lo. Em resumo, uma singular conjugação de atores e fatores políticos e econômicos se articularam naquela conjuntura em que havia um ambiente propício para conjugar ensino, pesquisa e extensão.

A modéstia da autora ao afirmar “nosso único mérito foi ocupá-lo” parece não abranger a justa dimensão do trabalho desenvolvido pelas artífices no ensino na Graduação em Ciências Sociais e no Mestrado em

Sociologia Rural, que tanto contribuíram para a divulgação, a sedimentação, o ensino e as pesquisas antropológicas no interior da Paraíba e, por conseguinte, para a formação de dezenas de pessoas nesses dois níveis de ensino.

A partir de 2000, o programa de Campina Grande se uniu ao programa de João Pessoa, criando o Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Em 2002, foi criada a Universidade Federal de Campina Grande a partir do desmembramento da UFPB. Entretanto, a junção com a pós-graduação de João Pessoa permaneceu até o ano de 2006, quando foi criado o Programa de Pós-Graduação da UFCG em Ciências Sociais, com mestrado e doutorado.

## PET Antropologia. Semióforo<sup>11</sup> da antropologia na UFPB e UFCG

A arquitetura de edificação da Antropologia na Paraíba, particularmente em Campina Grande, teve muitos eventos singulares e personagens que contribuíram para o atual cenário de pesquisas e ensino da antropologia na UFCG. O PET Antropologia foi um desses eventos singulares.

Inicialmente chamado de Programa Especial de Treinamento<sup>12</sup>, ele foi criado no país em 1979 e tinha como objetivo a melhoria das condições de ensino-aprendizagem nos cursos de graduação mediante a formação de

---

11 A filósofa define semióforo como: "Um sinal distintivo que diferencia uma coisa de outra, mas é também um rastro ou vestígio deixado por algum animal ou por alguém, permitindo segui-lo ou rastreá-lo, donde significar ainda as provas reunidas a favor ou contra alguém [...]. Como algo precursor, fecundo ou carregado de presságios, o semióforo era a comunicação com o invisível, um signo vindo do passado ou dos céus, carregando uma significação com conseqüências presentes e futuras para os homens. Com esse sentido, um semióforo é um signo trazido à frente ou empunhado para indicar algo que significa alguma outra coisa e cujo valor não é medido por sua materialidade e sim por sua força simbólica (Chauí, 2007, p. 7).

12 Ao longo de sua existência o programa sofreu várias reformas; a última delas foi em 2005. Atualmente PET significa Programa de Educação Tutorial. Apesar disso, o espírito permanece o mesmo.

grupos de alunos. Desde seu nascedouro, os alunos recebem bolsa mensal até o final do curso e são tutorados por um(a) professor(a).

Em Campina Grande, a criação do PET Antropologia ocorreu em 1988 e se deu por iniciativa de dois professores: Márcio Caniello e a professora Salete Cavalcanti. Coube a Márcio Caniello o exercício inicial da tutoria, de julho a dezembro de 1988, quando se afastou para cursar o mestrado na UFRJ. A tutoria passou a ser exercida pela professora Salete Cavalcanti até dezembro de 1991, quando se aposentou da UFPB e passou a responsabilidade para uma de suas pupilas na pós-graduação, Elizabeth Christina de Andrade Lima, sua orientanda no Mestrado em Sociologia Rural e que havia acabado de ser aprovada no concurso para professora da área de Antropologia. A professora Elizabeth Lima voltaria a exercer a tutoria do PET Antropologia em duas outras oportunidades.

A iniciativa do PET Antropologia movimentou a graduação em Ciências Sociais, num período em que bolsas de iniciação científica eram escassas. No caso do PET, diferentemente de outros programas cujas bolsas são mantidas por, no máximo, um ano (a exemplo do PIBIC), ou dois anos, mais recentemente (como é o caso do PIBID), os alunos podem manter a bolsa até o final do curso.

Além disso, a especificidade do PET na área de Antropologia passou a atrair muitos estudantes em detrimento da Sociologia e da Ciência Política, seja pelos interesses na rica programação do programa e/ou porque desejavam ter bolsa que lhes ajudasse na manutenção até o final do curso. Na proporção inversa, o programa passou a ser alvo de ataques de professores e estudantes que viam nele uma especialização precoce no seio da graduação. Tal oposição revelava o incômodo com um programa que atraía e atraía número significativo de estudantes da graduação para seus quadros, inclusive o autor deste texto na década de 1990.

Ao longo dos 36 anos de existência, O PET Antropologia mantém a exclusividade de ser o único Programa de Educação Tutorial dedicado à

Antropologia entre 842<sup>13</sup> programas PETs distribuídos em 121 IES. Todavia, mais importante do que tal exclusividade, são os impactos que o programa produziu na vida das mais de duas centenas de bolsistas do programa ao longo dessas três décadas e meia.

Como se fossem poucas essas variáveis indicadas, as atividades do PET Antropologia preveem, desde sua formação, o estudo aprofundado de teorias sociais, particularmente da Antropologia, o que gera impactos substanciais no ensino de graduação da UFCG, na medida em que os petianos<sup>14</sup> funcionam como divulgadores dos debates e das análises desenvolvidas no programa juntos aos seus colegas de graduação no dia a dia das aulas e nos eventos acadêmicos. A título de exemplo, podemos perguntar em que outros programas os estudantes de graduação têm a possibilidade de dedicar estudos semestrais às principais escolas do pensamento antropológico? Em qual instituição estudantes de graduação leem e debatem os quatro volumes das Mitológicas de Claude Lévi-Strauss? Onde estudantes de Ciências Sociais podem estudar as principais obras de autores como Michel Foucault, Max Weber, Durkheim e Georg Simmel?

As consequências de tamanha exigência e dedicação podem ser percebidas nas trajetórias da vida de boa parte dos egressos, cujos êxitos em concursos públicos revelam a boa instrumentalização do arcabouço teórico e dos aprendizados de pesquisa desenvolvidos no programa. Para mencionar “apenas” uma dezena de profissionais que passaram pelo PET Antropologia, citemos: Claudia Freire (Professora da UNIVASF), Claudia Jeane (IBAMA), Charlinton Machado (Professor da UFPB), Patrícia Formiga Alves (Professora da Universidade de Pernambuco), Patrícia Goldfarb (Professora da UFPB) Pedro Nascimento (Professor da UFPB), Marciano Monteiro (Professor da UFCG), Matinho de Araújo (Professor da UFC), Melânia Farias (Professora da UEPB) e Rogério Nascimento (Professor da UFCG).

---

13 <http://portal.mec.gov.br/pet>. Acesso em: 10 de abr. 2024.

14 Como são chamados e se autorreconhecem os bolsistas do PET.



*Turma pioneira do PET Antropologia e outros alunos(as) da graduação em Ciências Sociais da UFPB com a Tutora Salete Cavalcanti (a quarta da esquerda para a direita, de saia). Ano de 1990.*

Fonte: Arquivo do PET Antropologia.



*Turma atual de bolsistas do PET Antropologia com o Tutor.*

Fonte: Arquivo do PET Antropologia.

Essa dezena de exemplos dos lugares profissionais conquistados pelos egressos do PET Antropologia é uma amostra dos impactos que a inserção no programa produziu na vida das mais de duas centenas de estudantes que passaram pelo programa neste período. Vale ressaltar que, dos seis tutores(as) que o programa teve até hoje, dois foram bolsistas, a saber, Rogério Nascimento e o autor deste artigo, que se juntam neste *hall* a Mércia Batista e aos três citados anteriormente.

## Eclosão antropológica

Começamos este artigo falando das dificuldades de se identificar e mensurar as consequências das ações de um grupo de pessoas que dá passos iniciais na construção de uma organização. Esse é um processo de construção, de elaboração de narrativas das gerações posteriores, que buscam os rastros produzidos por aqueles que são considerados construtores de um momento fundador.

Este pioneirismo esteve presente entre os membros daquela reunião realizada no Rio de Janeiro entre os dias 8 e 14 de novembro de 1953. Como toda tentativa, aquela também foi uma aposta de homens e mulheres que se propuseram a refletir sobre os problemas da antropologia brasileira e pensar em projetos futuros para o ensino e as pesquisas antropológicas no Brasil. Para isso, eles elegeram cinco temas: 1. Problemas do ensino da antropologia; 2. Possibilidades de pesquisa e de exercício de atividades técnico-profissionais; 3. O indígena; 4. O negro; 5. O branco povoador e imigrantes<sup>15</sup>.

Como referido anteriormente, o documento ao qual tivemos acesso nomina a presença de 22 participantes, entre organizadores e coordenadores dos trabalhos. No prefácio ao livro “As reuniões brasileiras de antropologia: cinquenta anos (1953-2003)”, de Mariza Corrêa (2003, p. 8), o então

---

15 A respeito, ver o “Boletim” com notícias sobre a 1ª RBA, já mencionado. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/40959106>



Presidente da ABA no Biênio 2002-2004, Gustavo Lins Ribeiro afirma que “algumas dezenas de pessoas reuniram-se”. Na fotografia “fotomontagem oficial da reunião”, reproduzida na mesma obra (Corrêa, 2003, p. 16), é possível verificar que o número de participantes não diverge muito daquele que aparece no “Boletim”.

Todavia, mais importante do que o número preciso dos participantes da 1ª RBA, é o que eles(as) fizeram e como afirma Gustavo Lins Ribeiro (2003, p. 8): “AS RBAs firmaram-se como os eventos mais importantes da antropologia brasileira, tanto no sentido científico e acadêmico quanto política e socialmente”.

E prossegue, algumas linhas a frente, discorrendo sobre a importância e a irradiação do evento ocorrido em novembro de 1953:

Certamente o imaginário brasileiro seria menos rico se não houvesse os milhares de artigos acadêmicos e de divulgação, dissertações, teses e livros de antropologia, nem as incontáveis participações de antropólogos em diferentes âmbitos de nossa vida pública. (Ribeiro, 2003, p. 8).

A Associação Brasileira de Antropologia foi gestada durante a 1ª Reunião Brasileira de Antropologia, que deliberou por sua criação, sendo efetivamente criada dois anos depois, durante a realização da 2ª RBA, em Salvador (Brandão, 2006, p. 309). A mesma autora observa ainda que “a 1ª Reunião Brasileira de Anatomia e Antropologia, com parte dedicada à Antropologia, desde o início designada 1ª Reunião Brasileira de Antropologia” (Brandão, 2006, p. 310), o que demonstra a vontade de criar uma instituição capaz de organizar e estimular os trabalhos, as produções e o enfrentamento dos embates da Antropologia brasileira.

Como é habitual nas narrativas de construção da memória dos grupos, a nomeação dos eventos inaugurais tende a ser estabelecida posteriormente, quando o grupo já se consolidou e busca estabelecer um ponto inicial em sua existência. No caso da RBA contudo, já havia a proposta de realização da Reunião do Museu Nacional desde o início da década de 1940,

com o objetivo de realizá-la em 1943, o que fez com que a reunião realizada dez anos depois fosse resultado de um projeto acalentado.

Nesse caso, as circunstâncias fizeram com que homens e mulheres presentes na 1ª Reunião Brasileira de Antropologia sejam hoje reconhecidos como pioneiros. Como era evidente, elas não tinham garantia de continuidade do evento. Nesse sentido, vale a pena retomarmos as palavras que escrevemos alhures:

Os passos iniciais trazem consigo a incerteza do que pode estar por vir e a angústia que acompanha todo aquele que não sabe ao certo o que encontrará, e que tampouco consegue visualizar o ponto final de uma estrada repleta de aventuras e esperanças, mas igualmente plena de tentativas frustradas, erros, decepções, mudanças de plano e estratégias. (Silva, 2009, p. 13).

Escrevendo sobre a associação gestada no útero da 1ª RBA, Eckert e Godoi (2006, p. 14) enfatizam:

Os primeiros passos foram dados com firmeza em direção a uma instituição séria e coerente com os propósitos que a incitaram a debutar. [...] Os percalços foram muitos, como testemunha a dificuldade de assembléia [sic] durante os anos de uma ditadura ferrenha que aniquilou homens e mulheres em suas expressões e diversidades.

Esse momento fundador foi uma centelha transformada em uma combustão que, ao longo dos últimos setenta anos, tem mobilizado a sociedade brasileira por meio da atuação da Antropologia em várias dimensões da vida nacional.

## O poder irradiador das RBAs

Quem poderia imaginar que, às vésperas da 34ª Reunião Brasileira de Antropologia, setenta e um anos depois da realização da 1ª RBA, a Associação Brasileira de Antropologia teria um número de sócios cem vezes superior às

duas dezenas de pessoas que estiveram no evento no Museu Nacional em novembro de 1953? Quem seria capaz de supor que, de maneira sempre ascendente, as RBAs reuniriam professores, pesquisadores, estudantes de doutorado, mestrado e graduação, chegando a superar a cifra de 3 mil participantes em algumas das edições recentes do evento?

O crescimento exponencial do número de participantes veio acompanhado da ampliação dos interesses e da atuação de antropólogos e antropólogas ao longo das últimas décadas. Se na 1ª RBA os grupos temáticos eram cinco, na última RBA (33ª) o número de GTs (como passou a ser organizado a partir de 1986) foi de 78, além de ter 55 Mesas-Redondas (também incluídas na programação a partir de 1996), sem mencionar os Simpósios Especiais e as Rodas de Conversa.

Existem muitas razões que explicam o sucesso alcançado pelo principal evento da Antropologia brasileira ao longo desses 70 anos de existência. E entre essas variáveis, não podemos esquecer que a itinerância do evento por estados e regiões do país ocupa um lugar importante, não apenas no processo de fortalecimento da Associação Brasileira de Antropologia, mas também no fortalecimento da Antropologia em várias Universidades e Institutos do país.

As conquistas alcançadas pela ABA ao longo dessas quase sete décadas são resultadas das inúmeras lutas travadas por nossa associação em várias frentes de combate, ontem e hoje. E não foram poucos(as) aqueles e aquelas que contribuíram para a institucionalização política da Antropologia brasileira.

Dessa forma, neste artigo, rendemos graças aos pioneiros da 1ª Reunião Brasileira de Antropologia e às pioneiras da Antropologia na Paraíba, UFPB (Campina Grande), às professoras Ruth Almeida e Salete Cavalcanti, pois essa é uma maneira de reconhecer que todos(as) eles(as), seja no Rio de Janeiro ou na Paraíba, assim como em várias outras localidades no país, tornaram-se referências nesse processo.

Olhar esse “horizontem” da Antropologia brasileira é uma maneira de continuarmos a caminhada outrora inaugurada, tal como um motorista

visualiza os caminhos até então percorridos pelo retrovisor, para continuar em frente. Isso faz dos protagonistas, mas também dos inúmeros participantes – muitas vezes invisibilizados e anônimos que, infelizmente, também têm lugar entre nós – construtores de caminhos erguidos por muitos passos, muitas mãos, teorias, pesquisas e reflexões. Por isso, as palavras de Corrêa (2006, p. 35) fazem tanto sentido:

[...] creio que importa saber o quanto as pessoas que são parte de nossa história não são personagens descarnados, mas são pessoas como nós, sujeitas às mesmas pressões de seu tempo, envolvidas nas mesmas teias de amizade-parentesco-dívidas acadêmicas nas quais nós nos envolvemos.

O protagonismo dos iniciantes é fruto da construção dos continuadores do momento fundador, pois esses enxergam nas ações dos primeiros à centelha que tornou possível a existência das RBAs no país e a consolidação da Antropologia, por intermédio da Associação Brasileira de Antropologia, esta que, por sua vez, passou a ocupar lugar de destaque nas ciências humanas brasileiras e nos debates políticos em defesa dos Direitos Humanos de povos e grupos sociais historicamente oprimidos pelo Estado brasileiro e pelas forças capitalistas conservadoras em nosso país.

Portanto, as narrativas sobre esse momento fundador são constantemente recontadas, reatualizadas para reavivar as cores que dão tonalidades ao marco inicial das Reuniões Brasileiras de Antropologia e, por conseguinte, à construção da ABA.

É a história da Antropologia brasileira sendo tecida à luz do presente, a partir das narrativas que reconstroem (e reafirmam) acontecimentos passados, enquanto raízes simbólicas que ladrilham os 70 anos de existência. Para usar um termo caro a Claude Lévi-Strauss, a construção das RBAs e da ABA, ao longo desse mais de meio século, é resultado de um *bricoleur* do qual milhares de homens e mulheres têm participado com o objetivo de fazer a Antropologia uma ciência luminosa, sem nos fazer esquecer das sombras, sobretudo daqueles que são a elas socialmente relegados.

No caso da Paraíba, e mais particularmente na História da Antropologia no Campus II da UFPB, em Campina Grande, as figuras de Ruth Almeida e Salete Cavalcanti merecem destaques como espécies de agricultoras que fincaram as raízes profundamente e espalharam sementes da Antropologia, com a participação de várias pessoas citadas ao longo deste artigo. Elas, assim como tantos outros fundadores(as) de edifícios antropológicos nos mais variados recantos do Brasil, construíram estradas e ergueram pontes que permitiram trocas e misturas de práticas e compreensões dos múltiplos universos culturais que temos no Brasil e no mundo.

A participação de personagens como elas em eventos da ABA, especialmente Salete Cavalcanti, ainda muito ativa<sup>16</sup>, traz contribuições, inspirações e estímulos aos estudantes de graduação, de pós-graduação e aos colegas de *métier*, na medida em que a participação nas RBAs e em outros eventos permitem a troca de experiências, o estabelecimento de contatos, de convites para participar de bancas de pós-graduação, de pesquisas em parcerias entre instituições etc.

Tem sido graças à circulação de muitos pesquisadores e pesquisadoras durante as RBAs, realizadas em distintos estados e regiões, que estudantes de graduação e mesmo de pós-graduação têm a oportunidade de conhecer pessoalmente e de conversar com professores que conheciam apenas nos textos estudados nas salas de aula. Por mais banal que isso possa parecer num primeiro momento, é duplamente importante para os estudantes, porque podem dialogar com autores e autoras que antes eram (estavam) apenas no papel, e agora podem estabelecer interlocução direta com eles e elas e trocarem ideias. Isso também empodera os jovens interlocutores, na medida em que “humanizam” pesquisadores e pesquisadoras experientes, até então pouco acessíveis, especialmente para aqueles que se situam em estados mais longínquos dos principais centros urbanos brasileiros.

---

16 Neste ano de 2024, Salete Cavalcanti foi agraciada com o Título de Pesquisadora Emérita do CNPq.

Também os mais experientes podem se sentir gratificados, na justa medida em que recebem *feedback* de seus leitores espalhados pelo país; por vezes, tendo a oportunidade de ouvir interpretações de suas obras que sequer haviam imaginado ou ainda obter informações sobre populações, cidades e estados de origem e/ou atuação dos interlocutores, tendo acesso às temáticas de pesquisa antropológicas desenvolvidas nesses lugares.

Os efeitos que as participações nas RBAs produzem nos palestrantes, apresentadores de trabalhos e público acadêmico em geral parecem evidentes. As RBAs permitem o encontro de pessoas do Brasil para discutir temas comuns da Antropologia brasileira e internacional, mas também para atualizar agendas de estudos e pesquisas. A itinerância das reuniões estimula a circulação de pessoas e, por conseguinte, a interação entre elas. As RBAs produzem nos participantes a sensação de pertencimento à comunidade antropológica brasileira. E essas afetações se irradiam para o dia a dia nas universidades e nos institutos nos quais os participantes atuam, renovando desejos e interesses por temáticas e abordagens já estabelecidas e pelos novos desafios que se apresentam.

É esse poder de irradiação que faz da Reunião Brasileira de Antropologia uma espécie de semióforo dessa charmosa ciência social. Em cada RBA, nós relembramos e procuramos repetir os passos iniciais dos homens e mulheres presentes no Museu Nacional em novembro de 1953; com isso, continuamos a caminhada iniciada naquele evento e produzimos novas marcas da Antropologia no Brasil.

A construção de narrativas sobre nosso “mito fundador” é uma maneira de tecer fios simbólicos que nos ligam àqueles e àquelas que organizaram e participaram da 1ª Reunião Brasileira de Antropologia. Antes desse evento, a Antropologia já era praticada em Universidades e Institutos no país; mas, a partir da realização desse evento inaugural, vimos surgir nova forma de organização política e científica dos antropólogos e das antropólogas.

Foi na Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro, em novembro de 1953, que surgiu nova luz, cujo brilho ilumina os caminhos da antropologia brasileira desde então.

## Referências

ALMEIDA, R. T. de. *Arte Rupestre nos Cariris Velhos*. João Pessoa: Edufpb, 1979.

ALMEIDA, R. T. de. *Almanaques populares do Nordeste*. Belém: NAEA-UFPA, 2019.

AZEVEDO, C. X. de. Andanças pelo Cariri paraibano: a arqueologia pioneira de Ruth Trindade de Almeida. *Raízes*, Campina Grande, v. 40, n. 2, [s. p.], jul./dez. 2020.

B.B.A.A. *Boletín Bibliográfico de Antropología Americana*, v. 15/16, n. 1, p. 74-76, 1952-1953 (Pan American Institute of Geography and History).

BRANDÃO, M. de A. As Reuniões Precursoras De 1953 E 1955 e a Fundação da ABA. In: ECKERT, C.; GODOI, E. P. de (org.). *Homenagens*. Associação Brasileira de Antropologia 50 Anos. Blumenau: Nova Letra, 2006. p. 309-316.

CAVALCANTI, S. “Quebrando lanças”, para responder aos desafios do tempo! *Raízes*, Campina Grande, v. 22, n. 1, p. 126-129. jan./jun. 2003.

CHAUÍ, M. Brasil. *Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora 2da Fundação Perseu Abramo, 2007.

CORRÊA, M. *As Reuniões Brasileiras de Antropologia: cinquenta anos (1953-2003)*. Brasília/DF: ABA, 2003.

CORRÊA, M. Homenagem da antropologia da unicamp à ABA: o Projeto história da antropologia no brasil In: ECKERT, C.; GODOI, E. P. de (org.). *Homenagens*. Associação Brasileira de Antropologia 50 Anos. Blumenau: Nova Letra, 2006. p. 31-36.

DUQUÊ, G. A contribuição dos convênios para a pesquisa e a capacitação. *Raízes*, Campina Grande, v. 22, n. 1, p. 136-137, jan./jun. 2003.

ECKERT, C.; GODOI, E. P. de. Apresentação *In*: ECKERT, C.; GODOI, E. P. de (org.). *Homenagens. Associação Brasileira de Antropologia 50 Anos*. Blumenau: Nova Letra, 2006. p. 13-20.

LIMA, E. C. de A.; SILVA, V.; CANIELLO, M. de M. A instituição do PET-Antropologia na UFCG e o fortalecimento da presença feminina na antropologia no Nordeste brasileiro. *Raízes*, Campina Grande, v. 40, p. 409-433, 2021.

NOVAES, R. R. Memórias e imagens do Mestrado em Sociologia de Campina Grande: (Elementos de uma versão comprometida). *Raízes*, Campina Grande, v. 22, n. 1, p. 130-135, jan./jun. 2003.

RIBEIRO, G. L. Prefácio. *In*: CORRÊA, M. *As Reuniões Brasileiras de Antropologia: cinquenta anos (1953-2003)*. Brasília/DF: ABA, 2003. p. 7-10.

RUBIM, C. de R. Os Programas de Pós-graduação em antropologia social do Museu Nacional, Universidade de Brasília, Universidade de São Paulo e Universidade Estadual de Campinas. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 3, n. 7, p. 97-128, nov. 1997.

SILVA, V. *Crepúsculo antropológico*. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 2009.